

Relatório Semestral 2019

(1 de jan. a 30 jun. de 2019)



Presidente

Tribunal Judicial da Comarca dos Açores

julho de 2019



**TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA**

Índice

I. Método	2
2. Orçamento.....	2
3. Recursos Humanos	2
4. Objetivos	2
4.1. Foram fixados os seguintes objetivos	2
4.2. Apreciação	3
5. Pendência	4
5.1. Pendência Oficial	4
5.2. Pendência de Secretaria	4
6. Medidas de Gestão	4
7. Instalações e Equipamentos.....	8
8. Propostas.....	9
9. Conclusões	10



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DOS AÇORES PRESIDÊNCIA

I. Método

A recolha de dados foi efetuada no sistema Citius no dia 1 de julho.

2. Orçamento

O orçamento teve uma dotação inicial de 799 490,00€, sem nenhum reforço.

3. Recursos Humanos

No período em causa exerceram funções:

28 Juizes;

29 Magistrados do Ministério Público;

127 Oficiais de Justiça (42 dos quais afetos aos serviços do Ministério Público), 4 assistentes técnicos, 6 assistentes operacionais e 2 técnicos de informática;

244 Advogados;

36 solicitadores e 10 agentes de execução.

4. Objetivos

4.1. Foram fixados os seguintes objetivos

- Não aumentar a pendência, nomeadamente a oficial;
- reduzir em alguns casos (em dois casos) a pendência geral e num caso a pendência numa determinada área (ações executivas);
- gerir com critério, rentabilizando, as salas de audiência e outras salas que servem como tal;
- recuperar os atrasos de longa duração;
- uniformizar e simplificar procedimentos;
- partilhar as boas práticas construídas pelos próprios juizes;
- e realizar as audiências junto das comunidades locais, nomeadamente nos Juízos de Proximidade;
- manter ou diminuir a dilação no agendamento.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DOS AÇORES PRESIDÊNCIA

4.2. Apreciação

A pendência geral diminuiu no primeiro semestre de 2019 **12,83%**, correspondendo a uma diminuição das pendências nos diversos Juízos. Registam-se, contudo, dois casos em que ocorreu um ligeiro aumento (Juízo Local Criminal de Angra do Heroísmo e Juízo Local de Vila do Porto) por razões conjunturais e compreensíveis (no 1.º caso, por o juiz só dispor de sala para audiências dois dias por semana; ter cedido a sala 9 vezes ao juiz substituto para julgamentos em que estava impedido e ter havido coincidência por 3 vezes dos dias de greve dos OJ com os dias disponíveis de sala; e no 2.º caso, em razão de baixa médica da magistrada titular, coincidente com um aumento extraordinário das entradas, em cerca de 30%).

Não ocorreu nenhum adiamento por razão de inexistência de sala de audiências. Entretanto entrou em funcionamento a sala de audiências do pólo do Juízo de Família, Menores e Trabalho da Praia da Vitória, em Angra do Heroísmo, ali se passando a realizar as diligências e audiências dos processos oriundos do respetivo concelho.

Recuperaram-se atrasos de longa duração nos Juízos onde eles ainda se registavam (sobretudo no Juízo Local de Horta e no Juízo Local Cível de Angra do Heroísmo).

Têm sido divulgadas entre os juizes do Tribunal as boas práticas geradas no seio do próprio Tribunal (ou mesmo externas), depois de devidamente identificadas por grupo restrito de juizes, nomeadamente através da publicação na página do Tribunal na internet de decisões que se apresentam como «cabeças de estirpe» das respetivas áreas e a divulgação pelos juizes de outras decisões ou dos provimentos de alguns deles que aportam melhorias procedimentais.

Todos os julgamentos dos casos emergentes dos municípios onde estão sediados os Juízos de Proximidade (Povoação e Nordeste) se realizaram nestes. O mesmo sucedeu relativamente aos julgamentos nas ilhas de Santa Maria, Faial, São Jorge e Pico dos casos deles emergentes



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DOS AÇORES PRESIDÊNCIA

e que são da competência dos Juízos Centrais Cíveis e Criminal de Ponta Delgada ou de Angra do Heroísmo. Mantém-se em geral a dilação nos agendamentos por todos os Juízos do Tribunal.

5. Pendência

5.1. Pendência Oficial

Área	Pendentes antes	Entrados	Findos	Pendentes depois	Taxa de Resolução	Taxa de Congestão	Taxa de Recuperação	
Cível	Execuções	5710	1198	1897	5011	158%	301%	27%
	Outras	2381	1655	2013	2023	122%	118%	50%
Penal	515	1145	1127	533	98%	46%	68%	
Laboral	331	460	447	344	97%	74%	57%	
Tutelar	714	852	1005	561	118%	71%	64%	
Instrução Criminal	40	929	904	65	97%	4%	93%	
Total	9691	6239	7393	8537	118%	131%	46%	

5.2. Pendência de Secretaria

Área	Pendentes antes	Entrados	Findos	Pendentes depois	Taxa de Resolução	Taxa de Congestão	Taxa de Recuperação	
Cível	Execuções	7111	1270	2294	6087	181%	310%	27%
	Outras	5941	1711	2562	5090	150%	232%	33%
Penal	4191	1169	1481	3879	127%	283%	28%	
Laboral	821	473	530	764	112%	155%	41%	
Tutelar	2575	915	1230	2260	134%	209%	35%	
Instrução Criminal	58	930	914	74	98%	6%	93%	
Total	20697	6468	9011	18154	139%	230%	33%	

6. Medidas de Gestão

Durante este primeiro semestre (ou parte dele), para responder às necessidades extraordinárias de serviço, emergentes de falta ou baixa dos juízes foram realizadas ou mantiveram-se as seguintes reafectações:

- da juíza do Juízo Local Cível da Praia da Vitória ao Juízo Criminal de Ponta Delgada (setembro de 2018 e continua); do juiz de Santa Cruz da Graciosa reafectado ao Juízo Local Cível da Praia da Vitória (de setembro de 2018 a abril de 2019); do juiz do 1.º Juízo Local Cível de Ponta Delgada ao Juízo Central de Ponta Delgada (setembro de 2018 e continua); do juiz do Juízo de Trabalho de Ponta Delgada reafectado aos



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DOS AÇORES PRESIDÊNCIA

processos da jurisdição laboral do Juízo Local de Horta (continua); juiz do Juízo Local de Santa Cruz das Flores reafectado ao Juízo Local de Horta (desde janeiro de 2019 e continua); reafecção de juiz do Juízo Central de Angra do Heroísmo ao Juízo Local da Horta (de janeiro a abril de 2019) e depois ao Juízo Misto de Família, Menores e Trabalho da Praia da Vitória (desde abril 2019 e continua); reafecção de juiz do Juízo Local Criminal de Ponta Delgada ao TEP dos Açores (em maio de 2019 e continua); reafecção de três juizes (Juízo de FM de Ponta Delgada, Juízo Local Cível da Ribeira Grande e Juízo Local Criminal de Ponta Delgada) ao Juízo Local de Vila do Porto (março 2019 e continua).

Para substituição de funcionários de baixa e também para prover aos novos lugares criados com as alterações legislativas ao mapa judicial dos Açores, em estreita articulação com o Administrador Judiciário, foram reafectados:

- 1 escrivão de direito, 2 escrivães adjuntos e 1 escrivão auxiliar ao TEP dos Açores;

- 1 escrivão de direito, 1 escrivão adjunto e 4 escrivães auxiliares ao Juízo Misto de Família, Menores e Trabalho da Praia da Vitória;

- 1 escrivão de direito ao novo 3.º Juízo Local Criminal de Ponta Delgada (desde abril de 2019 e continua);

- 1 escrivão de direito de Praia da Vitória ao Juízo Central Cível e Criminal de Ponta Delgada (para substituir o escrivão colocado no TEP dos Açores em maio de 2019);

- 1 escrivão adjunto nomeado em substituição do escrivão de direito no Juízo Local Cível de Ponta Delgada (a trabalhar com 4 juizes desde abril de 2019);

- 1 escrivão adjunto nomeado em substituição do escrivão de direito no novo Juízo Local (genérico) de Praia da Vitória (desde abril de 2019 e continua).

A presidência do Tribunal, com a colaboração de uma colega da ilha Terceira, providenciaram junto da Câmara Municipal de Angra do



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DOS AÇORES PRESIDÊNCIA

Heroísmo e Serviços Florestais da Região Autónoma dos Açores a realização de obras nas paredes exteriores e espaço envolvente de uma vivenda (antiga casa de função) – cedida aos serviços do Tribunal pelo IGFEJ - de molde a criar um «pólo» onde pudessem realizar-se diligências das jurisdições de família, menores e trabalho do Juízo Misto de Família, Menores e Trabalho de Praia da Vitória, o qual se encontra a funcionar desde abril de 2019. Para tornar operacional tal «pólo», em estreita colaboração com o Administrador Judiciário, foi mobilizado equipamento, constituído por impressora para magistrados, sistema de gravação e computador para a sala de audiências, atribuído pela DGAJ. Já anteriormente, com recurso ao orçamento do Tribunal se tinham realizado obras no interior, nomeadamente nos gabinetes, na adaptação de um espaço a sala de audiências e outra para testemunhas, na criação de áreas de acesso reservado, como pinturas, arranjos de instalações sanitárias e de portas e janelas. Foi igualmente mobilizado algum mobiliário existente e deslocado do Juízo Local de Vila do Porto e dos Juízos de Angra do Heroísmo para mobilar os gabinetes, a sala de audiências e demais espaços. Foi solicitada e obtida a colaboração da Direção do EP de Angra do Heroísmo para realizar o transporte de mobiliário pesado desde o Palácio da Justiça de Angra do Heroísmo até à vivenda onde foi instalado o «pólo» do novo Juízo Misto de Família, Menores e Trabalho da Praia da Vitória.

Foi solicitada e obtida a colaboração da PSP de Angra do Heroísmo para o transporte de processos dos Juízos Locais Cíveis de Angra do Heroísmo para o novo Juízo Misto de Família, Menores e Trabalho da Praia da Vitória.

Em estreita colaboração com a Presidente do Tribunal da Comarca de Lisboa e com os Administradores Judiciários de Lisboa e dos Açores foram mobilizados a Força Aérea Portuguesa, o Exército Português e a PSP, que asseguraram proficientemente o transporte de processos do novo TEP dos Açores provenientes de Lisboa.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DOS AÇORES PRESIDÊNCIA

O administrador judiciário, na sequência dos objetivos traçados para intervenções em edifícios do Tribunal para o corrente ano de 2019, diligenciou pela reparação do sistema de ar condicionado em São Roque do Pico, tendo no mesmo contexto resolvido o problema de infiltrações de água no piso superior do edifício do Tribunal na vila de Velas (decorrente do vazamento de água das cisternas existentes no sótão).

Estabeleceram-se as relações e programou-se a articulação dos serviços de segurança social e de reinserção social com o novo Juízo Misto de Família, Menores e Trabalho de Praia da Vitória.

Foram estabelecidos os necessários contactos com a Secretaria Regional da Segurança Social e o Instituto de Segurança Social dos Açores com vista a mobilar as salas de audição de crianças no Palácio da Justiça de Praia da Vitória e no pólo deste Juízo em Angra do Heroísmo (mobiliário que se instalará brevemente).

Programou-se a articulação dos serviços de reinserção social com o novo TEP dos Açores.

Fruto da parceria protocolada com a Escola Básica e Secundária da ilha das Flores e a colaboração dos municípios da ilha das Flores, da Biblioteca Municipal de Santa Cruz e de A Jangada – Grupo de Teatro, sob coordenação do juiz de Santa Cruz das Flores, foi decorada e mobilada uma sala para audição de crianças no Palácio da Justiça de Santa Cruz das Flores.

Foi produzido um novo regulamento de substituições, atualizando o anterior relativamente às novidades recentemente introduzidas no mapa judicial, criando novas regras e mecanismos que agilizarão o desempenho geral do Tribunal.

Prosseguiu a celebração de protocolos de colaboração com as Escolas sediadas por toda a comarca, potenciando as visitas de alunos e professores ao Tribunal e as parcerias no aproveitamento das valências de cada uma das entidades protocolantes.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DOS AÇORES PRESIDÊNCIA

Durante o primeiro semestre de 2019 o presidente do Tribunal emitiu um Provimento em matéria de regularização de procedimentos nos casos de dispensa de conta quando há excesso de depósito de taxas de justiça.

A página do Tribunal na internet vem sendo mantida atualizada no concernente à visibilidade do Tribunal na comunidade, publicitando as notícias relevantes da imprensa regional em matéria de justiça, os comunicados relativos ao esclarecimento da comunidade dos casos de manifesto interesse público, bem assim como os mais relevantes instrumentos de gestão. A mais disso foram-lhe acrescentadas diversas peças jurisprudenciais produzidas no Tribunal.

7. Instalações e Equipamentos

Desde há anos diagnosticadas e acusadas a sua falta ao IGFEJ:

- são necessárias duas novas salas de audiências em Angra do Heroísmo (atualmente, para 6 juízes, há apenas 2 salas de audiências);

- são imprescindíveis equipamentos de videoconferência em espaços próprios (de molde a não ocupar as salas de audiência nas diligências deprecadas): em Ponta Delgada, Santa Cruz das Flores, São Roque do Pico, Velas e Angra do Heroísmo;

- é imperativo de salubridade a instalação de novos equipamentos de ar condicionado no Palácio da Justiça de Ponta Delgada. Os magistrados, funcionários e advogados sofrem com o calor insuportável que ali se faz sentir sobretudo durante os meses de verão. Em reunião de trabalho na DGAJ, em Lisboa, em dezembro de 2018, o IGFEJ apresentou o seu plano para 2019 ali se referindo à realização daquela obra, sendo que até ao momento não a encetou. No dia 21 de junho, em resposta a mais uma interpelação sobre este assunto, o IGFEJ informou que, afinal, em 2019 iria apenas elaborar «o necessário projeto de AVAC para todo o edifício, ao qual atribuiu prioridade elevada, com vista à abertura posterior do procedimento de instalação respetivo, pelo que não estava prevista a execução da obra em 2019, intervenção esta que deve ser compatibilizada



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DOS AÇORES PRESIDÊNCIA

com a reparação da cobertura». Este assunto tem sido objeto de queixas recorrentes e justificadas dos profissionais afetados, bem assim como já foi causa de baixas clínicas por banda de magistrados e funcionários. Tem sido sistematicamente assinalado pelos órgãos de gestão. E continua a «arrastar-se»;

- é necessário reparar todo o sistema de ar condicionado nos Palácios da Justiça de Ribeira Grande e Santa Cruz das Flores, que se encontram inoperacionais;

- em significativa parte dos edifícios onde se encontram instalados os Juízos do Tribunal continuam a inexistir rampas de acesso para pessoas fisicamente diminuídas, assim como de ascensores para o andar superior onde as pessoas têm de se deslocar aos serviços, bem assim como de casas de banho apropriadas a essas pessoas;

- no Palácio da Justiça de Angra do Heroísmo é necessária a construção de casas de banho para magistrados, para funcionários e para o público;

- pese embora na ilha do Corvo não esteja instalado nenhum Juízo a verdade é que por vezes é necessário ouvir testemunhas ali residentes sem que naquela ilha esteja instalado qualquer sistema de videoconferência, o que seria muito útil se instalado em serviços do Ministério da Justiça (na conservatória dos registos).

8. Propostas

a) É imperioso que os novos Juízos criados e instalados em abril e maio de 2019 sejam dotados dos oficiais de justiça preconizados no respetivo quadro, sob pena de isso se poder repercutir negativamente nos serviços de onde saíram os funcionários extraordinariamente ali colocados;

b) É essencial que o Conselho Superior da Magistratura assegure a permanência de DOIS juizes na Horta, sob pena de se gorarem as



**TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA**

expectativas criadas na comunidade e se gerar uma entropia muito difícil de recuperar no futuro;

c) O IGFEJ tem de melhorar a comunicação com os órgãos de gestão, melhorando a confiança institucional que sendo um pressuposto não é infelizmente uma realidade. Apesar de ter criado um canal próprio para a comunicação de ocorrências com edifícios, o certo é que até hoje, tendo sido comunicados os problemas com as coberturas de vários edifícios do Tribunal (algumas que já perduram há alguns anos), debalde logramos obter qualquer resposta!

9. Conclusões

O primeiro semestre de 2019 integra-se na trajetória encetada em setembro de 2014, de constante melhoria da qualidade do serviço de justiça prestado pelo Tribunal à comunidade, medida pela diminuição muito significativa das pendências e dos tempos de duração média dos processos (cfr. Relatório Anual 2018) e do ajustamento da estrutura judicial às necessidades (revisão do mapa judicial 2019). Foi neste semestre que finalmente se ajustou o quadro de juizes no Juízo Local Criminal de Ponta Delgada; se instalou o há muito esperado Juízo Misto de Família, Menores e Trabalho de Praia da Vitória (com seu «pólo» em Angra do Heroísmo), bem como o novo Tribunal de Execução de Penas dos Açores e; finalmente, se ajustou o quadro de juizes na Horta. Estes passos, em devido tempo preparados, são decisivos para o incremento da melhoria da qualidade do serviço de justiça naquelas áreas jurisdicionais e no descongestionamento de outras cuja visibilidade se logrará a breve prazo e de que o próximo relatório anual, seguramente, já dará conta.

O Presidente do Tribunal

José Francisco Moreira das Neves
(Juiz Desembargador)